



REQUERIMENTO

(Do Sr. Izalci)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão do curso de ECONOMIA entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a inclusão do curso de ECONOMIA entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2013.

Deputado IZALCI

PSDB/DF

INDICAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. Izalci)

Sugere a inclusão do curso de ECONOMIA entre os cursos beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras de intercâmbio internacional.

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação:

O Programa Ciência sem Fronteiras, empreendido conjuntamente pelos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio de suas respectivas instituições de fomento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constitui oportunidade ímpar para estudantes, professores, pesquisadores e profissionais que buscam estudar ou se aperfeiçoar no exterior em instituições de alto padrão de excelência, segundo as principais avaliações internacionais.

Nos termos do Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa, o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento definiu dezoito áreas prioritárias de atuação, englobando as áreas de ciências exatas, biomédicas, tecnológicas e da área de energia, em cursos como engenharia, química, física, computação, tecnologia da informação, medicina, biotecnologia e desenho industrial, entre outros.

Essa definição de atuação deixou fora da abrangência do Programa Ciência sem Fronteiras a maior parte das grandes áreas das ciências sociais e humanas, impedindo que estudantes e profissionais de importantes cursos como Administração, Economia e Contabilidade, apenas para citar alguns, não possam se habilitar às bolsas de estudo internacionais. Esses profissionais têm muito a acrescentar ao processo de inovação e de aumento da competitividade do País, desempenhando papel essencial na organização e sistematização dos processos de inovação científica e tecnológica.

Em audiência pública ocorrida na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Câmara dos Deputados, em 13 de dezembro de 2012, da qual participaram representantes da CAPES, do CNPq, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Conselho Regional de Administração do Distrito federal (CRA/DF), da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e da Universidade Católica de Brasília, foi amplamente debatida a participação dos estudantes do curso de Administração, de Contabilidade e de Economia no Programa Ciência sem Fronteiras.

Durante a exposição dos palestrantes, cuja íntegra anexamos a esta Indicação na forma das notas taquigráficas da referida audiência pública, foi ressaltada a importância da integração, não só dos cursos de Administração, Contabilidade e Economia, mas de outros cursos, aperfeiçoando o Programa ao contemplar áreas que contribuam para o fortalecimento do empreendedorismo e da organização e gestão empresarial, de forma a alçar o Brasil ao patamar de competitividade dos países desenvolvidos.

As razões fortemente fundamentadas para a inclusão de novas áreas no Programa Ciência sem Fronteiras, manifestadas pelos convidados na audiência pública realizada, estão registradas em detalhes nas notas taquigráficas anexas, as quais solicitamos que Vossas Excelências encaminhem para apreciação do Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa Ciência sem Fronteiras, por ocasião de sua próxima reunião de orientação e adequação do Programa às reais necessidades do país e da sociedade brasileira.

Assim, vimos sugerir ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de suas

respectivas instituições de fomento, Capes e CNPq, responsáveis diretas pela implementação do Programa Ciência sem Fronteiras, a inclusão do curso de Economia entre aqueles que podem ser beneficiados com a concessão de bolsas de estudo em instituições estrangeiras de ensino e pesquisa.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado IZALCI
PSDB/DF

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | | |
|--|-----------------------------|-------------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1804/12 | DATA: 13/12/2012 |
| INÍCIO: 10h00min | TÉRMINO: 12h04min | DURAÇÃO: 2h04min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h04min | PÁGINAS: 60 | QUARTOS: 25 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GERALDO NUNES - Coordenador-Geral do Programa Ciência sem Fronteiras na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.
MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral do Programa Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

IGOR MANHÃES NAZARETH - Diretor-Substituto do Departamento de Fomento à Inovação da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

EDSON KENJI KONDO - Diretor do Curso de Administração da Universidade Católica de Brasília - UCB.

ERALDO RICARDO DOS SANTOS - representante do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal — CRA/DF.

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS - Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal — CRC/DF.

MARIA LUÍZA LUCAS DOS SANTOS - Estudante de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

JOSÉ ATAÍDE MIRANDA BARRETO - Diretor Regional da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração — ANGRAD.

SUMÁRIO: Debate sobre o Programa Ciência sem Fronteiras.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Bom dia.

Declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária de Audiência Pública, no dia 13 de dezembro de 2012, fruto do Requerimento nº 153, de 2012, do Deputado Izalci, para discutir o programa Ciência sem Fronteiras.

Justificaram as suas ausências o Ministro Aloizio Mercadante, que terá como representante o Prof. Geraldo Nunes, Coordenador do programa; o Ministro Marco Antonio Raupp, que terá como representante o Sr. Márcio Ramos, Coordenador-Geral do programa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; o Sr. Humberto Luiz Ribeiro da Silva, do Ministério do Desenvolvimento; e o Sr. Nelson Fujimoto, que terá como representante o Sr. Igor Manhães Nazareth, Diretor-Substituto do Departamento de Fomento à Inovação.

Justificaram também as ausências a Sra. Isa Assef dos Santos, da ABIPTI, o Sr. José Jorge Ferreira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração — ANPAD; o Sr. Carlos Alberto Ferreira Júnior, Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, que será representado pelo Sr. Eraldo Ricardo Santos, Diretor de Desenvolvimento Institucional.

Portanto, feitas as justificativas, convido para comporem a Mesa o Sr. Geraldo Nunes, do Ministério da Educação; o Sr. Márcio Ramos, do Ministério de Ciência e Tecnologia; o Sr. Igor Manhães Nazareth, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — MDIC; o Sr. Eraldo Ricardo dos Santos, do CRA, Conselho Regional de Administração do Distrito Federal; o Sr. Edson Kenji Kondo, Diretor do Curso de Administração da Universidade Católica de Brasília; e o Sr. Adriano de Andrade Marrocos, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

Requerimento nº 153, de 2012, do Deputado Izalci, PSDB do Distrito Federal, requer a realização de audiência pública para debater o programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que o mesmo, em seu formato atual, não contempla diversas áreas importantes para a competitividade por meio da inovação. A discussão representará um significativo avanço, pois, por meio das tratativas desenvolvidas na audiência pública, poderemos conseguir um

consenso entre as instituições debatedoras e os representantes do Executivo e do Legislativo Federal.

Criado para facilitar o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, o programa Ciência sem Fronteiras visa oferecer a estudantes brasileiros oportunidade de bolsas de estudos nas melhores universidades do mundo. Para orientar a implementação e a adequação do programa às necessidades do País, o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento realiza reuniões periódicas buscando atingir os resultados esperados.

O Órgão Consultivo conta com a participação de representantes dos Ministérios aqui já mencionados, especialmente do Ministério da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil e de empresas parceiras.

Um aspecto importante que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação deve ressaltar é o fato de que a inovação é um processo que essencialmente ocorre dentro das empresas. A Agência Australiana de Estatística, que realiza uma das mais respeitadas pesquisas de inovação dentre os países da OCDE, define inovação como “qualquer novo ou significativamente melhorado processo ou serviço que tenha sido comercializado, ou qualquer novo ou significativamente melhorado processo usado para a produção comercial de bens e serviços”. Como essa definição explicita, seja em produto ou serviço, inovação é aquilo que ocorre na empresa e no mercado.

Assim, se de um lado a Ciência da Administração desempenha um papel essencial na organização e sistematização de processos de inovação nas empresas, a Ciência Econômica permite estudar forças como a inovação, que afetam a produtividade das empresas e sua consequente competitividade internacional.

Esse é o relatório do Deputado Izalci, que foi aprovado por esta Comissão.

Não há, na verdade, restrições ao programa Ciência sem Fronteiras. Pelo contrário, existe até unanimidade de aprovação a um programa desse tipo, tanto dos partidos de oposição quanto dos partidos de apoio ao Governo. Existem evidentemente questionamentos quanto à efetivação do projeto. O

ambicionado é que tenhamos 100 mil estudantes. Todavia, os números mais recentes ainda são muito aquém desse número, na faixa de 10 mil — por volta disso, não sei exatamente, que estariam já definidos. Então, esse é o acompanhamento que a Comissão pretende fazer durante todo esse período para que nós possamos ter a efetiva execução. Ressalte-se que vários países se mobilizaram e estão participando. Trata-se de um assunto que envolve, como foi mencionado aqui, não só a área da educação em si, mas também a relação internacional do Brasil.

Eu convido o Deputado Izalci para assumir a Presidência. Eu vou assistir um pouco mais também. Nós teremos, então, a oportunidade de ouvir os convidados imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Vamos passar para as exposições. Eu vou conceder 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos.

Com a palavra o primeiro expositor, Sr. Geraldo Nunes. S.Sa. dispõe de 10 minutos e, se precisar, mais 5 minutos.

O SR. GERALDO NUNES - Exmo. Sr. Deputado Izalci, Presidente desta Comissão, Sras. e Srs. Deputados, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, ao longo do tempo que esse programa tem sido executado, eu e o Dr. Márcio, do CNPq, temos participado de várias reuniões e encontros nos quais o discutimos. Geralmente nós fazemos um tipo de jogral. Eu geralmente dou um *background* sobre o significado desse programa no contexto da ciência e tecnologia nacional do ensino superior, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Azeredo. E, pelo tempo que o Deputado Izalci me concedeu, e acho que é pertinente, geralmente eu faço um *background* do que significa esse programa no nosso Sistema Nacional de Pós-Graduação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Evidentemente que tanto o Deputado Eduardo Azeredo quanto o Deputado Izalci já o conhecem muito bem em função da prática parlamentar nesse setor.

Mas eu gostaria de fazer para os presentes pequenas considerações sobre esse programa no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Primeiro, eu devo ressaltar que o Brasil tem um sistema consolidado de qualidade de pós-graduação, ciência, tecnologia e inovação. Trata-se de um sistema que vem se montando ao longo desses últimos 60 anos, quando a

CAPES e o CNPq foram criados. É um sistema consistente, porque ele é qualificado.

Infelizmente, nós não podemos dizer a mesma coisa para o nosso sistema de ensino básico. Nós temos um sistema de ensino básico que precisa se qualificar muito ainda, mas o Sistema Nacional de Pós-Graduação é qualificado. Por que esse sistema é qualificado? Porque ele foi montado a partir de um pacto do Estado com a comunidade científica tecnológica nacional. Portanto, existe um pacto não assinado. Essa atividade de pós-graduação e pesquisa é essencialmente uma atividade compartilhada com a comunidade científica e tecnológica nacional, que lhe dá qualidade, que lhe empresta qualidade.

Essa qualidade começa com a definição de prioridades. Há uma importante e forte inserção da comunidade na definição das prioridades nacionais de ciência, tecnologia e inovação. Não só nas questões políticas, mas também nas questões executivas. É tanto que nas agências e nos Ministérios os principais cargos são ocupados por pessoas oriundas da comunidade.

Cabe destacar que esse sistema foi montado com esse pacto e hoje ele é muito qualificado. Eu conheço, com os meus 37 anos trabalhando nessa área, alguma coisa no exterior. O sistema brasileiro pode ser caracterizado como único. Ele tem uma característica que lhe confere uma qualidade que não se encontra em outros países. Ou seja, a maneira como ele se estrutura, a maneira como ele se qualifica. Em relação à pós-graduação brasileira, por exemplo, a universidade é autônoma para fazer a proposição acadêmica de pesquisa, etc. Contudo, na pós-graduação não há essa liberdade. A abertura de qualquer curso no Brasil de pós-graduação *stricto sensu* somente é permitida a partir da avaliação da CAPES, que se dá através da comunidade. Por isso, a qualificação. Portanto, o sistema é qualificado e bom.

Ocorre que esse sistema, a meu ver, — é uma opinião pessoal — estava um pouco acomodado. O sistema estava, diria, satisfeito. Atualmente há um processo acelerado de internacionalização e de mobilidade no mundo, tanto estudantil quanto na área de pesquisa — pesquisadores e estudantes. Há um processo muito intenso de mobilização de internacionalização do ensino superior da ciência, tecnologia e inovação.

A Presidenta Dilma propôs esse programa. Aí vai outra opinião talvez pessoal minha. A Presidenta, quando foi Ministra-Chefe da Casa Civil, teve, sob o seu comando, o PAC, que tem muitos desafios do ponto de vista de engenharia, do ponto de vista de inovação, etc. A sensação que eu tive é que a Presidenta, com a sensibilidade, digamos assim, de gestora, deve ter percebido lacunas no sistema. E, quando a Presidenta assumiu, ela propôs esse programa no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. E esse programa mexeu muito com o sistema.

O sistema, como eu disse anteriormente, estava acomodado, mas ele começou a fervilhar. O sistema está fervilhando do ponto de vista de pesquisadores, de estudantes e de instituições. Houve, digamos assim, uma grande movimentação dentro do sistema em razão dessa mobilização não só nacional, mas também internacional. No Brasil nós temos tido um verdadeiro ataque de países e instituições querendo participar do programa Ciência sem Fronteiras.

Contudo, a Presidenta, ao instituir esse programa, quis definir quais as áreas e setores prioritários. O programa define, se não me engano, 18 áreas e setores prioritários. Prioridade é prioritário, então, comporta discussões em torno do tema. Há também uma dificuldade operacional muito grande — o Dr. Márcio depois pode falar um pouco sobre isso — de traduzir objetivamente aquelas áreas prioritárias que foram definidas pela Presidenta, por exemplo, em cursos de graduação, no caso da graduação, que podem participar do programa. Por exemplo, há um setor chamado Petróleo e Gás. Petróleo e Gás é um setor gigantesco. Ele comporta quase tudo que se possa imaginar de conhecimento. Então, existe essa dificuldade real. Mas a Presidenta definiu quais as áreas prioritárias, contemplando basicamente áreas tecnológicas, de engenharia e inovação. E é evidente que isso deu uma grande margem para debates.

A primeira característica desse programa foi isso. A Presidenta determinou isso. O programa mexeu com o sistema. Ela apontou quais são as áreas prioritárias que ela deseja que o programa trabalhe. A Presidenta pôs recursos adicionais no sistema. Não é um programa novo, que se vale de recursos de programas anteriores. É um programa que tem recursos novos e significativos no sistema.

Então, significa dizer o seguinte: as outras áreas não foram prejudicadas. É muito importante entender isso. Eu sou executor do programa na CAPES e vejo claramente o seguinte: há recursos fartos para outras áreas — doutorado, doutorado-sanduíche —, porque, ao contrário do que é comum no Brasil, não se criam programas transferindo recursos de programas já existentes; são recursos adicionais. Isso é uma característica importante. Há um aporte significativo de recursos no setor privado pela primeira vez no Brasil. É importantíssimo ressaltar isso. O setor privado aderiu ao programa com recursos diretos.

Então é evidente que essa parceria, que corresponde a mais ou menos 25% do orçamento total, tem algo a dizer com relação àquelas áreas que eles desejam. O setor empresarial não vai colocar recursos sem dar opiniões com relação às áreas que desejam.

Esse programa tem ainda outra característica muito importante a entender: ele exige uma parceria profunda tanto nacional como internacional. Se nós não tivermos parceiros nacionais e internacionais aderentes aos programas, nos diversos países, não conseguiremos executar 101 mil bolsas, em 4 anos. Então, é um programa que exige muita parceria.

A Presidenta ainda determinou que as agências trabalhassem em conjunto. É uma experiência nova, difícil. Quem conhece o sistema sabe que essas duas agências foram construídas em culturas operacionais diferentes, mas a Presidenta determinou isso. Não existe um programa da CAPES, do MCT, do MEC ou do MCTI. Existe um programa do Governo. Então, nós trabalhamos juntos; temos um grupo conjunto de trabalho. O Dr. Márcio e eu trabalhamos continuamente, com dificuldades, mas temos dado conta de trabalhar de forma conjunta.

O programa lançou alguns desafios. O primeiro deles: nós nos descobrimos uma Nação monoglota. Isso é um problema seríssimo. Somos um País que não tem uma segunda língua predominante, além da língua da nossa Pátria. Por sermos um País essencialmente monoglota, cria-se uma dificuldade, porque ninguém vai para o exterior para falar Português. É preciso ter pelo menos a língua inglesa como base para fazer a mobilidade. Esse é um grande desafio. Outro grande desafio: ao fazer a mobilidade, ao mandar estudantes, por exemplo, de graduação para o exterior, quando eles retornam,

nós precisamos reconhecer os créditos que eles tiveram no exterior. Isso é uma coisa que a nossa academia ainda está... Por isso eu digo que o programa mexeu com o sistema. Ele vai mexer com algumas coisas que a academia ainda trata de forma ultrapassada. Não está nos moldes da moderna mobilidade e internacionalização da ciência e tecnologia e do ensino superior. Esse é um efeito colateral importantíssimo. O sistema nacional de educação superior em ciência e tecnologia do País vai ter que se modernizar no ponto de vista de acolher esses créditos, essas performances que os estudantes fizeram no exterior, de forma mais consoante com o que existe lá fora. Esse é mais ou mesmo o contexto com que estamos trabalhando. Isso é novo para nós.

Esse programa não tem, no seu planejamento... Eu sou engenheiro civil, é como se fosse fazer uma ponte. Nesse caso, tem de haver um planejamento, um cronograma. Mesmo assim, fazem-se retificações, acomodações. Mas, de certa forma, há um calendário de eventos, de metas definidas mais claramente. No nosso caso, as metas são as bolsas que vamos conceder, nas diferentes modalidades. Mas é evidente que nós temos que fazer ajustes, ao longo do tempo, porque não dominamos a realidade do programa no exterior. Nós não sabemos se o aluno quer ou não fazer um curso no exterior. Então, nós precisamos ajustar o programa.

Hoje mesmo, haverá uma reunião de um dos comitês executivos determinados pelo decreto que criou o programa, onde vamos começar a rediscutir metas.

Então, o programa, ao longo do tempo, vai ter necessariamente que passar por atualizações por conta da realidade que lhe é imposto. E isso não depende das agências nem dos Ministérios, mas da vontade das instituições, dos estudantes que queiram participar ou não e também dos nossos parceiros no exterior.

O programa tem mais ou menos um ano de vida. O Deputado citou o número aqui. Atualmente, Deputado — o Dr. Márcio vai mostrar esses dados —, são mais de 21 mil bolsas concedidas no exterior, em apenas um ano. Há um crescente interesse. Nós temos trabalhado a questão da língua, como eu falei, por sermos monoglotas. Eu tenho uma reunião daqui a pouco no Ministério para tratar dessa questão, do Programa Inglês sem Fronteiras, que o

MEC está tentando elaborar. Há espaço para fazermos ajustes, pois eles são necessários.

Agora, a questão tecnológica é complexa; saber o que é tecnológico e o que não é. Os dados que o Dr. Márcio vai mostrar daqui a pouco demonstram claramente que nós estamos atrasados em relação, por exemplo, à formação de engenharias, tanto na formação de engenheiros quanto na formação de tecnólogos. Nas áreas que propiciam o processo inovativo, nós estamos certamente muito atrás, estagnados, mesmo em relação aos países do grupo BRICs.

Na questão das patentes — o Dr. Márcio vai mostrar os dados também —, nós estamos completamente paralisados. Sabemos o seguinte: quem desenvolve patente não é a universidade. É o sistema produtivo que desenvolve patente, porque é de interesse direto dele. O sistema brasileiro de inovação ainda carrega — os dados também serão mostrados — uma grande parte dos nossos pesquisadores no sistema educacional. Não há um aporte de pessoas qualificadas no sistema produtivo que esse programa se propõe a fazer.

Este é o quadro geral que eu gostaria de deixar para os senhores para que entendam como o programa Ciência sem Fronteiras se insere.

Eu passo a palavra ao Deputado Izalci para dar continuidade. Talvez o Dr. Márcio possa fazer a apresentação, mostrando os números com os quais estamos nos deparando atualmente no programa.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu que agradeço.

Passo a palavra ao Dr. Márcio Ramos, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. MÁRCIO RAMOS - Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Izalci, Deputado Eduardo Azeredo. Em seus nomes, gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares. Bom dia aos senhores e senhoras que estão aqui presentes.

Meu colega, o Prof. Geraldo Nunes, já colocou muito bem aqui um grande panorama sobre o que é o programa, das motivações desse programa. Ele foi lançado acerca de 1 ano, 1 ano e meio. Na verdade, ele inaugurou com um decreto de 13 de dezembro de 2011, quando lançamos as primeiras grandes chamadas para as bolsas de graduação sanduíche no exterior.

Eu vou mostrar aqui rapidamente um *briefing* do que é o programa, algumas motivações, com dados mais quantitativos, o porquê de determinadas áreas terem sido priorizadas, e o panorama de como ele anda hoje.

Não sei se todos os senhores podem acompanhar aqui. Se me permitirem, eu prefiro ficar em pé aqui, ao lado, porque fica mais fácil conduzir a discussão.

Eu vou pular alguns *slides*, porque é uma apresentação extensa. Como o tempo é curto, vou ser bastante prático nos pontos importantes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é um gráfico que nós sempre mostramos, é a correlação entre PIB dos principais países hoje, *players* mundiais em investimento em P&D.

Este aqui é o investimento que se faz em pesquisa e em desenvolvimento, por PIB, de vários países importantes. Este é o ano-base de 2007.

O que a gente sempre destaca aqui é o avanço da Coreia nas últimas 2, 3 décadas. Impressionante! Mas esse avanço se deu com investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento.

Este é o ponto que a gente sempre levanta: não há mágica; para avançarmos em termos econômicos de um país, em riqueza econômica e social é preciso investir grande parte do nosso PIB em P&D.

Este outro quadro é só um panorama, hoje, da pós-graduação no Brasil. Houve avanços importantes na formação de mestres e doutores na última década e eventualmente se pergunta: "*Mas nós precisamos ainda de formar tantos doutores assim?*" Quando a gente compara — este é outro gráfico interessante — pesquisador por milhão de habitantes, nós temos o Brasil, de 2002 a 2007, comparado com a média mundial e com países desenvolvidos, muito atrás. Então, a gente precisa avançar muito nessa formação de pessoal qualificado.

O que a gente pode dizer aqui, em uma perspectiva positiva, é que em 5 anos houve um grande avanço nessa formação, mas ainda estamos muito atrás do resto do mundo.

Este, sim, é um gráfico interessante. É um estudo bastante extenso feito pelo CGEE, órgão ligado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, que estudou o perfil dos doutores formados do Brasil de 1996 a 2008,

aproximadamente uma década. O que se destaca aqui, de extrema importância, é a participação percentual da formação de doutores por áreas do conhecimento. O ano de 1996 é o mais claro e 2008, 12 anos depois, é o mais escuro. O que a gente vê é que o percentual de doutores formados em algumas áreas importantes — ciências exatas, engenharias e áreas biológicas — caiu. Esta é uma das motivações de o programa estar focado nessas áreas. A intenção é rebalancear essas áreas aqui. Ao longo dos anos, houve uma baixa formação de doutores. Quando comparados, por exemplo, com as áreas de humanas, a formação percentual aumentou.

Este aqui eu vou pular, porque é onde se concentram os nossos doutores, principalmente na Academia. É isto que o gráfico mostra.

Este aqui é outro gráfico muito interessante. Nele nos compararmos com o resto do mundo na formação de doutores nas áreas de ciências naturais. Aqui são ciências exatas e engenharias.

Este aqui é a formação de doutores em engenharias de 2000 a 2009, a última década. Isto aqui é a China. Então é sempre importante ver para onde o resto do mundo está indo. Mais importante do que os números é a inclinação da curva. A China e os outros países têm investido massivamente na formação de doutores nas áreas tecnológicas. Então isso para nós serve de dado, pelo menos, para se fazer uma reflexão.

Aqui também outro gráfico já bastante conhecido, da produção científica brasileira em artigos internacionais, que cresceu muito nos últimos anos. Hoje a gente tem uma posição de destaque em relação ao resto do mundo. O Brasil ocupa a 13^a posição em número de artigos científicos publicados — isso em revistas internacionais — e ultrapassamos alguns países importantes. Aqui estamos perto da Coreia do Sul, por exemplo.

Eu vou pular isso aqui, vou pular algumas coisas.

Só que nós temos uma grande dificuldade hoje de transformar conhecimento em tecnologia, e aí uma das medidas é a produção de patentes. Hoje, o Brasil produz muitos artigos científicos, detém uma produção de qualidade científica, mas a sua produção tecnológica está aquém à do resto do mundo.

Esta aqui é uma comparação com o resto do mundo. Esta aqui, bem mais interessante, é uma comparação entre Brasil, por exemplo, e países do

BRIC, Rússia, Índia e China, em três momentos diferentes, de 1994 a 2009. O maior é de 2009. China e Índia dispararam na produção. Este aqui é o número de patentes depositadas. E o Brasil, ao longo da última década, não saiu do lugar praticamente.

Este gráfico mostra a produção de patentes brasileiras ao longo de alguns anos. A gente estagnou. Se comparado com a China, em 2004 a China tinha depositado 404 patentes e o Brasil, 106. São números aproximados. Em 2009, a China já disparou para 1.600, e nós continuamos nessa casa de cento e poucas patentes. Então, este é um dado importante também de alguma coisa preocupante para nós.

Esta é a motivação do programa Ciência sem Fronteiras, como a gente supera esses desafios.

Uma das maneiras dá-se através da consolidação e expansão do nosso sistema de ciência e tecnologia, principalmente através da mobilidade internacional. Então, aumenta a presença de estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior. Outro dado importante que, às vezes, não é tão comentado, é a atração de pesquisadores seniores ao Brasil. Este é um braço importante do programa também, que investe muito nisso.

Estas aqui são as áreas. Como o Prof. Geraldo já havia comentado são cerca de 18 grandes áreas e temas. Isso traz algum desafio ao nosso operacional, qual seja definir melhor uma relação entre áreas e cursos que têm correspondência.

Este aqui é o coração do programa: são as engenharias e áreas tecnológicas. Este é o principal objetivo do programa.

Já foi comentada aqui a governança. Ela é dada por um decreto presidencial de dezembro do ano passado. Existe um comitê de acompanhamento composto por vários Ministérios e por algumas empresas doadoras do programa. Cabe a esse comitê discutir a colocação ou retirada de áreas estratégicas dentro do programa.

Existe outro comitê executivo, composto pela Casa Civil, os dois Ministérios, os Presidentes da CAPES e do CNPq e do Ministério das Relações Exteriores. Ele discute o andamento mais operacional do programa. A operação inteira ficou a cargo das duas agências CAPES e CNPq.

Estas aqui são as metas, também já muito faladas na imprensa: das 101 mil bolsas, 26 mil bolsas foram doadas pelo setor produtivo. A distribuição de metas está nas várias modalidades contempladas pelo programa, basicamente, a graduação e a pós-graduação.

Estas duas modalidades aqui, como já falei, são de atração de pesquisadores talentosos que estão no exterior para virem desenvolver projetos junto com grupos brasileiros aqui no País.

Estas aqui são empresas doadoras, empresas e associações doadoras do programa: FEBRABAN, CNE e ABIDIB são as associações; e as empresas são a PETROBRAS, ELETROBRAS e Vale. Existe uma série de outras empresas que estão aderindo ao programa, oferecendo cofinanciamento de bolsas e estágio no exterior. Este é um componente muito importante do programa. Ele não oferece só o treinamento acadêmico dos alunos, mas também um estágio dentro de uma empresa, um laboratório.

Então, este é um resumo de como esses setores empresariais têm participado do nosso programa. Vou pular e passar rapidamente.

Acordos com países e número de vagas a estudantes já oferecidas — esses não são triviais, porque demandam um gasto de energia enorme das agências. A colocação dos estudantes também não é algo simples nessas quantidades aqui. Eu diria que, em um ano, conseguimos avançar muito nessa parte operacional.

Ressalto as chamadas graduação sanduíche, abertas em novembro, e as próximas chamadas por país deverão ser abertas agora, em janeiro de 2013.

Este quadro ficou pequeno; é o da distribuição das bolsas de graduação e pós-graduação por país, onde, em primeiro lugar, estão os Estados Unidos. Os dados são de outubro. Aqui está apontando cerca de 18 mil, mas, hoje, temos mais de 20 mil bolsas já concedidas. Em segundo lugar, Portugal. Por que Portugal? Como o Geraldo já havia colocado muito bem, um dos grandes gargalos hoje do programa é a língua. Este é o nosso grande desafio: qualificar os estudantes principalmente na língua inglesa. Cerca de metade dos estudantes inscritos e qualificados acabam não indo para a última etapa, por causa da língua.

Este aqui é um recorte das bolsas concedidas pelas áreas prioritárias do programa. Então, as engenharias estão aqui como a principal área. E este é o objetivo, que elas sejam a principal área com 36%. Nós ainda entendemos que esse percentual poderia ser um pouco maior. Mas existem algumas áreas, como as de computação, que estão de alguma maneira associadas às engenharias.

Este aqui é o portal do nosso programa.

Aqui falo das bolsas. Vou pular, porque já está divulgado na nossa página, toda documentação, duração de bolsa, recursos que pagamos, auxílios, etc.

Esta aqui é a Graduação Sanduíche, uma das modalidades principais do programa.

Este aqui é só um diagrama de como se dá o envio do estudante. Ele tem hoje já um curso. Se não tem toda a qualificação exigida, ele pode fazer um curso intensivo já no país de destino, de até 6 meses. Depois, ele faz dois semestres de disciplinas acadêmicas na universidade e complementa com estágio numa empresa, num laboratório dentro da universidade. Isto é basicamente como funciona a Graduação Sanduíche.

Este aqui é um sistema de acompanhamento dos bolsistas. É um mapa que está dentro do Portal Ciência sem Fronteiras, aberto para qualquer um, a qualquer hora pode ser acessado esse mapa. Ele tem uma atualização mensal dos bolsistas, onde eles estão. Cada bolinha azul é uma localização de um ou mais alunos em uma instituição no exterior. Por exemplo, a gente deu um *zoom* nos Estados Unidos, mas abrange todos os países onde temos alunos Ciências sem Fronteiras.

Se clicarmos em uma bolinha aqui, por exemplo, na Universidade da Califórnia, veremos o número de bolsistas que estão lá por modalidade.

Este aqui está um pouquinho desatualizado. Nós agora temos a lista de bolsistas que estão lá hoje e os bolsistas que já passaram. Vários bolsistas que foram no final do ano passado já retornaram do programa. Se se der um *zoom* nisso teremos a informação de cada um dos bolsistas, de qual é a instituição dele aqui no Brasil, a área dele aqui e lá, e nós temos acesso ao currículo dele também. Não está aqui, mas no mais atualizado tem-se acesso ao currículo e

se pode mandar uma mensagem eletrônica para esse bolsista, quem quiser. É público, aberto, completamente transparente.

Era isso que eu tinha para passar rapidamente sobre o panorama do Programa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço também a exposição do Sr. Márcio.

Vamos passar a palavra para Igor Manhães Nazareth, representando aqui o MDIC.

O SR. IGOR MANHÃES NAZARETH - Bom dia a todos.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Deputado Sr. Eduardo Azeredo, cumprimentar também o Sr. Deputado Izalci e os demais colegas de Mesa e todos participantes aqui da Comissão.

Gostaria também de pedir desculpas em nome do Secretário de Inovação, Nelson Fujimoto. S.Sa. foi convocado pelo Ministro Interino para participar de uma reunião e não pôde estar aqui; pediu então que eu o representasse aqui na Mesa.

Eu não vou abordar quais são as características, o que é o programa Ciência sem Fronteiras, porque já foi falado aqui pelos colegas do MEC e MCT em detalhes. Então, vou falar um pouco de como o Plano Brasil Maior pode contribuir para o Ciência sem Fronteiras e como o Ciência sem Fronteiras se insere no âmbito da nova política industrial.

O Plano Brasil Maior, como todos sabem, é a política industrial do Governo brasileiro para os anos de 2011 a 2014. Ele tem como foco a inovação e o adensamento da cadeia produtiva. Está aí o objetivo dele: o estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados internos e externos.

O Plano Brasil Maior elencou 19 setores prioritários, que foram divididos em 5 grupos. São os setores que estão aí. Cada um desses setores prioritários tem um Comitê Executivo e um Conselho de Competitividade, com interface com o setor privado. Cada um desses Comitês elaborou um diagnóstico do setor e também ações e diretrizes que serão levadas para todo o Governo Federal.

Eu destaco alguns setores, como petróleo e gás, saúde, aeroespacial, TIC, energias renováveis e também o setor de agronegócios, áreas que também refletem nas contempladas pelo Ciência sem Fronteiras.

Além dessa dimensão setorial, que são os setores numa dimensão vertical, e as políticas públicas desenvolvidas dentro desses setores vão servir para o setor, temos as dimensões sistêmicas, as coordenações sistêmicas, cujas políticas públicas vão afetar todos os setores.

Nós temos, inclusive, uma coordenação de formação e qualificação profissional. Ela é coordenada pelo MEC. A vice-coordenação é do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Eu vou falar do trabalho dela e de como a gente pode, mais para frente, trabalhar junto com o Ciência sem Fronteiras.

Aqui, apenas para mostrar que há realmente uma interlocução entre as áreas contempladas pelo Ciência sem Fronteiras e os 19 setores escolhidos. Vocês podem ver que tem TIC, saúde, energias renováveis, petróleo e gás, setores que foram escolhidos pelo Plano Brasil Maior e que refletem na escolha das áreas do Ciência sem Fronteiras. A estratégia nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação também está contemplada aí. Vocês podem ver que biotecnologia, nanotecnologia, que são áreas prioritárias para estratégia, estão contempladas nas áreas escolhidas do Ciência sem Fronteiras.

O trabalho da coordenação e formação. Em que momento estamos agora? Cada um daqueles 19 setores prioritários elaborou um diagnóstico, em que colocaram as demandas tecnológicas, o que eles precisam, os gargalos inclusive de recursos humanos. Para o setor de TIC o que está faltando, quais são as áreas e os subsetores que estão precisando de recursos humanos. Então, quais são as demandas do setor produtivo em relação à RH qualificado.

O trabalho que a gente está fazendo é o de sistematização e análise dessas demandas do setor produtivo para adequar as ofertas de curso e a real demanda. Se eventualmente for identificado dentro desses 19 setores prioritários alguma área tecnológica que poderia ser contemplada no programa Ciência sem Fronteiras será feita a sugestão. Tem todo um procedimento, via Comitê de Acompanhamento do programa Ciência sem Fronteiras, para que o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação analisem a pertinência ou não de incluir outras áreas dentro do programa. Isso faz parte do

decreto de criação do programa. E também, por último, para garantir os recursos necessários para os programas de qualificação profissional.

Um pouco também do trabalho do Ministério, do que a gente tem feito em parceria com a CAPES e com o CNPq, é a negociação com diversos países que vimos mantendo relações para abertura de vagas não só nas universidades, mas também nas empresas para que elas recebam os alunos no período de estágio. Este é o trabalho que a gente tem desenvolvido no Ministério em parceira com a CAPES e como CNPq.

Outro trabalho que a gente tem feito é o de, na parte de atração de centros de P&D, uma das atividades desenvolvidas pela minha Secretaria, com grande interesse das empresas, desenvolvimento tecnológico e inovação, ou tecnológico e empresarial — peço desculpas se o nome não for esse. Isso vai permitir que esses pesquisadores dos centros de P&D possam passar até um ano fora por meio do Ciência sem Fronteiras. Então, a gente está tendo uma demanda muito grande de empresas para essa bolsa.

Basicamente é isto: o Ministério do Desenvolvimento está à disposição para eventuais demandas. A minha apresentação foi rápida até porque o programa é tocado pelo MEC e pelo MCT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Muito bem, agradeço pela exposição ao Sr. Igor.

Vou passar a palavra primeiro para o Edson Kenji Kondo, da Universidade Católica de Brasília.

O SR. EDSON KENJI KONDO - Muito obrigado, Deputado Izalci. Agradeço também pela oportunidade que nos tem dado ao organizar esta audiência pública. Agradeço ao Deputado Azeredo e aos membros da Mesa, principalmente ao meu amigo de 28 anos Geraldo Nunes, no CNPq, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e a todos da audiência.

Eu venho aqui falar, atualmente estou como Diretor do Curso de Administração, em nome de todas as áreas das ciências sociais aplicadas e todas as áreas que, infelizmente, ainda não estão incluídas no programa Ciência sem Fronteiras.

Não falo somente pela Universidade, falo também pela sociedade brasileira, por todas aquelas pessoas impactadas pelo programa. E como já

vimos, pela excelente apresentação do Geraldo Nunes e do Márcio, o programa Ciência sem Fronteiras é uma das grandes preciosidades deste Governo, é uma das grandes ações acertadas do Governo em formação de recursos, de preparação do nosso pessoal para trabalhar no exterior e para trazer tecnologia e informação do exterior.

Agora, nós precisamos e podemos melhorar. E é isto que a gente gostaria de falar rapidamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

São 18 áreas e áreas prioritárias. E eu gostaria que prestassem atenção neste assunto porque nós falaremos aqui um pouco de aspectos científicos. Quais são as bases científicas para que nós possamos fazer as coisas e possamos ter a certeza de que os resultados são positivos para toda a sociedade? Quantas bolsas nós temos? Já vimos: são 75 mil bolsas em 4 anos, mais 26 mil da iniciativa privada, totalizando 101 mil bolsas. O que queremos atingir aqui? Estamos aqui para argumentar sobre elementos essenciais para o desenvolvimento da competitividade brasileira. Esta é a principal preocupação. Nós queremos melhorar o sistema de inovação nacional, queremos ter um país competitivo, queremos ter empresas competitivas. E sabemos, pelas notícias nos jornais, que estamos sofrendo nessa frente.

Queremos contribuir para tudo isso. Este é um programa de magnitude excepcional. É o maior de toda a história do Brasil e, certamente, um dos maiores do mundo. O Japão, duas décadas atrás, tentou levar 100 mil bolsistas. Levou mais de uma década. Nós tentamos fazer isso em menos da metade do tempo. É um grande desafio. Estamos aqui para ajudar, para contribuir.

Quais são alguns desses elementos essenciais? Nós já os citamos.

Gestão e administração. Entra em toda área que tenha empresas, em toda área que tenha sistemas, em toda área que tenha organização. E temos muito disso na área científica.

Economia. Quem estuda mais sobre inovação? Os economistas estudam muito.

Direito. Quais são os grandes problemas que aparecem por aí, agora que estamos num mundo globalizado? Temos disputas, a toda hora, de

propriedade intelectual, de licença. Precisamos de gente formada em Direito para nos auxiliar, para sabermos como lidar com essa questão da propriedade intelectual.

Sociologia. Existem impactos sociais? Certamente existem. Esta é uma discussão já antiga, na política de ciência e tecnologia.

Comunicação. Isto é fundamental, não é preciso dizer. Estamos nesta era de redes. O modo como se faz a comunicação é essencial para a empresa e para a sociedade em geral.

Por que essas áreas não estão no programa Ciência sem Fronteiras? O primeiro fato é este: na verdade, não sabemos. Nós não temos a resposta. O segundo é este: não estão entre as áreas prioritárias. Isto é fato. O Governo escolheu as áreas prioritárias. Temos estas áreas e temos as outras que não estão incluídas.

Vamos pensar um pouco mais sobre qual é a contribuição da ciência e tecnologia para o crescimento dos países em geral.

Por que existe no Brasil um programa chamado Ciência sem Fronteiras? Por que existe um Ministério da Ciência da Tecnologia e Inovação? Por que existe um Ministério da Educação? Todas essas peças são fundamentais para um país.

Voltando um pouco, lembro Robert Solow. Quem já ouviu falar desse grande economista, laureado com o Prêmio Nobel em 1987? Esse economista mudou o mundo. Em 1957, fez um cálculo que mostrava que 87% do crescimento econômico dos Estados Unidos, no período de 1909 a 1949, foi resultado de quê? Naquele tempo, os economistas falavam em trabalho e capital. Chegou a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, e falou-se: “*Capital é o segredo*”. E se foi intensificando o capital, e os países cresciam. Mas Solow descobriu, naquela virada de século, que não era capital, que capital e trabalho só respondiam por 12%: 87% era mudança tecnológica, era conhecimento, era a preparação do ser humano — e é isto que o programa Ciência sem Fronteiras está fazendo. Foi a grande revolução que Solow iniciou.

Educação hoje — todos nós sabemos, todo governante sabe — é essencial para o crescimento econômico. E vamos pagar pela educação. Investirmos dinheiro é fundamental. Países líderes investem na educação, investem em ciência e tecnologia, e sabem que são fundamentais.

E aí vem inovação, não é só ciência e tecnologia. O que é inovação? Segundo a definição de Oslo, que todos conhecem — pelo menos na nossa área, as pessoas sabem disto —, você tem que comercializar: se não comercializou, não é inovação. Tem que haver uma empresa atrás, tem que se mudar o mercado. Isto é inovação.

Inovação é o principal motor do progresso da humanidade, nessas décadas recentes. Quem é que faz? Empresa. E empresa tem o quê? Tem administradores e administradoras. Este é um exemplo apenas.

Inovação e empreendedorismo. É claro que precisamos de empreendedores também. O que estudaram grandes empreendedores como Steve Jobs ou Mark Zuckerberg, fundador do Facebook? O que eles estudaram? Steve Jobs estudou poesia, literatura, caligrafia, até largar a Reed College, universidade onde estudou, nos Estados Unidos — não está na área prioritária do Programa Ciência sem Fronteiras. Mark Zuckerberg estudou Ciência da Computação — que está lá — e Psicologia, em Harvard. Eduardo Saverin, o brasileiro famoso, estudou Economia. Não estaria lá para ajudar. Peter Currie, na década de 80 — Netscape é o navegador mais famoso, nós daquela década conhecemos isso —, estudou Administração, em Stanford. Foram grandes mudanças, que transformaram o mundo. Eles não estão ainda no Programa Ciência sem Fronteiras.

Falando de patente, de propriedade intelectual, essa é uma área importantíssima. Os avanços científicos são cada vez mais importantes, e nós temos que ajudar os pesquisadores e as empresas a protegerem esses avanços científicos. Sem propriedade intelectual, sem conhecimento de pessoas do Direito, na área jurídica... Por exemplo, nas décadas de 80 e 90, qual era o principal problema nos Estados Unidos? Faltavam juízes que entendessem dessa questão de avanço tecnológico. Tinham que ajudar, tinham que definir disputas entre empresas ou entre universidades, mas o pessoal não entendia do assunto. É fundamental que hoje nós possamos ter pessoas formadas nessas áreas também.

Impactos sociais, nós não os temos? Certamente, sabemos que os temos.

Questões éticas relacionadas a impactos tecnológicos, na área de meio ambiente, biotecnologia, privacidade, maior capacidade de manipulação da

vida. Hoje a ciência consegue tanta coisa, e nós precisamos entender melhor isso. Em que área está isso no Programa Ciência sem Fronteiras? Os países avançados estão efetivamente avançados nisso. Debatem na ponta. Precisamos ter o nosso pessoal debatendo isso também.

Questões sociais sobre impacto, geração ou eliminação de empregos. Sabemos que a tecnologia não é mágica. Ela produz benefícios, muitas vezes substitui empregos. Onde está essa questão? E a questão impacta diferentemente pessoas de gêneros diferentes, pessoas de etnias diferentes, pessoas de idades diferentes. Por exemplo, eu, com pouco mais de cinquenta anos, para onde vou, se perder o emprego? Essas questões que a tecnologia impacta são importantes. Precisamos estudá-las. Quem estuda isso? Sociologia. Está lá, precisa estar. Principalmente porque nós temos um Governo que se preocupa com a sociedade. E há uma oportunidade de se corrigir isso.

Em termos de política, onde estamos historicamente?

Rapidamente falando, cito a primeira fase, o Pós-Guerra, depois de 1950, ou de 1945. Vannevar Bush é a referência mais citada. Nos Estados Unidos, em 1946, disse: “*Ciência é boa de qualquer jeito. Vamos fazer mais ciência. Põe dinheiro em ciência, que é bom*”. Na segunda fase, na década de 70, veio melhor compreensão: “*Ciência por ciência não é bom. A ciência precisa ajudar as outras políticas de Estado*”. Na terceira fase, na década de 80, as políticas públicas começam a falar em inovação tecnológica: “*Temos que envolver as empresas*”. E na quarta fase, Michael Gibbons e uma pancada de outros autores, entre eles o nosso famoso e ilustre Prof. Simon Schwartzman, escreveram uma obra épica, em que se dizia: “*Na verdade, agora é tudo transdisciplinar, é tudo interativo, e é importante que trabalhemos a transdisciplinaridade*”.

Etzkowitz, cientista famoso, lançou a ideia da hélice tripla da inovação, na década de 90. Hoje todo mundo fala nisso. Como se inova? Tem que ter empresa, tem que ter governo e tem que ter universidade.

Estamos concluindo nossa palestra.

Quanto à pesquisa, nós na universidade fazemos pesquisa. A sociedade faz pesquisa, o CNPq apoia pesquisa, a CAPES apoia pesquisa. Há um volume enorme de pesquisa sobre inovação e crescimento econômico, no

campo da economia. Há centenas de trabalhos de referência. Sobre propriedade intelectual e patentes, há outra centena, na área de economia, na área de negócios, na área de administração, na área de direito. Sobre impactos sociais e ambientais, há outra centena de estudos de referência.

E onde não há muita pesquisa? Na arte de selecionar áreas prioritárias. Essa é uma arte dificílima. Eu a chamo de arte porque não há ciência por trás disso. As pessoas fazem um enorme esforço, mas estão ainda praticando arte.

E quando se pratica arte? O que isso requer? Podemos errar. É claro que os talentosos acertam, mas todos nós — e como governo, o governo precisa tentar o melhor — corrigimos, se erramos.

Nas Nações Unidas, com essa questão do aquecimento global, todos sabemos, é fundamental o princípio da precaução: se nós temos a dúvida, se não temos a base científica, o que fazemos? Ficamos em dúvida, sejamos precavidos e demos oportunidade a várias áreas.

Portanto, eu gostaria de pedir compreensão aos nossos representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação, para que, junto a seus Ministros e junto à Presidente Dilma, conversem e falem da importância de termos incluídas outras áreas de fundamental relevo para o Brasil. Estamos falando de milhares de estudantes de várias áreas.

Temos aqui vários estudantes: a Maria Luíza, da Biblioteconomia; o Álisson, da Administração; o James, da Administração, nosso egresso. Todos estão querendo ir, contribuir com o Brasil, mas estão impedidos neste momento. Precisamos apoiar essas pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço a exposição e a aula dadas aqui pelo Prof. Edson.

Passo a palavra ao Sr. Eraldo Ricardo dos Santos, representante do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal.

O SR. ERALDO RICARDO DOS SANTOS - Bom dia a todos.

Primeiramente, agradeço a Deus por este momento.

Cumprimento o Deputado Izalci, que foi muito sensível ao nosso pleito.

Nós estamos aqui representando o Sistema CRA/CFA e os nossos colegas da Contabilidade, pelo nosso colega Adriano Marrocos.

O nosso discurso vai muito ao encontro de tudo o que foi dito, principalmente daquilo que o Prof. Kondo acabou de nos falar.

Primeiramente, essa demanda surgiu das universidades, inicialmente no Distrito Federal. É claro que nós temos a consciência de que esse pleito transborda para todo o Brasil.

Como todo administrador gosta de números, eu trouxe alguns números para refletirmos neste debate. São dados de universidades americanas — o americano é muito bom de pesquisa, campo em que ainda precisamos evoluir um pouco.

Das cem maiores economias do mundo, cinquenta são corporações, ou seja, cinquenta são empresas. Foi apresentado pelo Dr. Márcio Ramos, do MCTI, a questão da Coreia: 20% do PIB da Coreia está na Samsung, que também é uma empresa. Os ativos do Banco do Brasil, o nosso Banco do Brasil, valem mais do que o PIB da Argentina — o Banco do Brasil é uma empresa do Brasil. A PETROBRAS, um dos maiores orgulhos de todos os cidadãos brasileiros, tem ativos suficientes para comprar o país do Chile.

Nos anos 30, o tempo médio de vida das quinhentas maiores empresas do mundo era 75 anos. Hoje, não passa de 11 anos. No nosso dia a dia, temos alguém que consultamos diariamente, alguns mais, outros menos, mas invariavelmente alguém faz uma consulta a esta empresa chamada Google. Esta empresa, que tem o maior valor de mercado do mundo, não existia há 10 anos. Acredita-se que 75% das empresas que hoje estão no *ranking* da Standard & Poor's, uma agência de *rating* dos Estados Unidos — e esse *ranking* é reconhecido mundialmente —, as 500 maiores empresas de 2020 ainda não foram criadas.

Esses são dados que nós colocamos na mesa para discussão, para destacar a importância de defendermos a inclusão de outras áreas nesse Programa, que é belíssimo, como foi colocado pelo Prof. Kondo. Nós acreditamos que o País dá um grande passo a partir do momento em que investe fortemente em educação e tecnologia. No entanto, nós entendemos que áreas de gestão, como Administração, Contabilidade, Economia e outras abordadas aqui pelo Prof. Kondo, precisam e devem ser incluídas, porque o País, para ser um país forte, precisa de empresas fortes.

As economias hoje tidas como desenvolvidas, e nós estamos hoje entre as economias tidas como emergentes... Quando eu estava lá na quarta série, chamavam de países em desenvolvimento, de países do Terceiro Mundo. Eu não vejo a hora de sair desse *status*, porque é só em desenvolvimento, emergente. Então, para que nós tenhamos um *status* de país desenvolvido ou de país competitivo, nós precisamos ter empresas competitivas; e ter empresas competitivas passa muito pela formação dos nossos administradores, dos nossos contabilistas, dos nossos economistas, de todas as áreas que são inerentes à gestão de empresas.

Ainda em cima de números, foi colocada aqui a importância da Engenharia e de outras áreas prioritárias, e eu gostaria também de registrar a importância da Administração nesse contexto de competitividade. Em algum momento foi colocado que existiu ou existe um apagão de engenheiros no Brasil, e aqui eu venho colocar para os senhores e senhoras que existe um apagão de administradores no País.

Hoje no Brasil, segundo dados da Receita, nós temos algo em torno de 6 milhões de pequenos negócios formais, ou seja, aqueles que detêm CNPJ. Estima-se, conforme estudos da Fundação Getúlio Vargas, que a economia informal, ou seja, a de empresas que ainda não têm seu CNPJ, gira em torno de 11 milhões. Então, totalizamos 17 milhões de negócios formais e informais.

No sistema CRA/CFA, nós contamos hoje com 300 mil administradores devidamente registrados. Se levássemos em consideração que esse número não é representativo, porque nem todos que saem da academia fazem o seu registro, arredondando esse número para algo em torno de 1 milhão de administradores que existem no País, e se nós conseguíssemos que cada empresa, para que fosse competitiva, tivesse um administrador em sua estrutura organizacional, nós teríamos aí um déficit aproximado em 16 milhões, considerando os negócios informais.

Outro dado também muito interessante é que, segundo pesquisas realizadas pelo SEBRAE... Acho que o SEBRAE é uma das poucas entidades que pesquisam os mortos, as empresas que foram à falência. O SEBRAE entrevistou empresários, empreendedores que não obtiveram êxito em seus negócios, e as causas mais apontadas por esses empreendedores pelo

fracasso de seu negócio são: primeiro, a falta de mercado; segundo, dificuldades de gestão financeira e fluxo de caixa; terceiro, falta de clientes. Ou seja, a primeira e a terceira causas estão ligadas às atividades vistas dentro do curso de Administração, atividades ligadas ao *marketing*, e a segunda é ligada à gestão financeira e rebate também na Contabilidade, na Economia e em parte também da Administração Financeira.

O que nós defendemos é que um país, para ser inovador — “inovativo”, como foi colocado aqui pelo Prof. Kondo... E nós também defendemos que, para haver inovação, precisa haver ação — se dividirmos a palavra inovação teremos “inova” e “ação”, ou seja, a inovação tem que gerar ação. E o que é essa ação? Essa ação tem que gerar mercado, ela tem que gerar produtos ou serviços que sejam aderentes às necessidades das pessoas e da sociedade. Caso essa equação não seja realizada dessa forma, nós teremos uma série de Professores Pardais, que inventam uma série de bugigangas que não são nem bens econômicos, nem competitivos para o País.

A inovação, para que seja inovação, precisa gerar ação. E essa ação acontece no mercado, que está inserido na sociedade, e ela está na sociedade, na aquisição de bens, produtos e serviços adequados. Isso gera economia, emprego e renda.

Finalizando, um administrador muito famoso no Brasil, Stephen Kanitz, em suas intervenções, sempre coloca que o maior desafio do Brasil não são recursos, porque nós somos muito ricos em recursos naturais — temos um país belíssimo. Também não são pessoas, porque nós temos pessoas fantásticas, e os executivos brasileiros que atuam em empresas multinacionais são requisitados do Brasil para atuarem em outros países em função da grande capacidade empreendedora e da grande flexibilidade que o brasileiro tem na gestão — já tivemos vários casos de executivos brasileiros que chegaram à Presidência dessas multinacionais. O problema do Brasil, então, não está ligado tanto à questão das pessoas, até porque a Presidenta já colocou como prioridade do seu Governo a educação.

Ora, se o problema não são as pessoas, se nós temos recursos naturais belíssimos e fortemente competitivos, se não temos desastres naturais comparados aos vistos em países com economia de grande porte, como Japão

e Estados Unidos, que foram afetados por um grande desastre natural recentemente, o que nos falta?

Nós administradores defendemos que o que falta é justamente algo que vá gerar riqueza, que passa pela gestão, pela administração e pelo empreendedorismo.

Para finalizar a minha participação, digo que nós defendemos que um país rico, um país forte precisa de empresas competitivas. Empresas competitivas precisam de administradores competitivos, de contabilistas competitivos, de economistas competitivos, todo o *trade* que comporta a área da gestão da empresa para que ela seja perene, sustentável, e que o País seja beneficiado dessa benesse de ter empresas fortes e competitivas num cenário amplamente competitivo, global e internacional.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço a exposição ao Eraldo.

Passo a palavra ao nosso colega Adriano de Andrade Marrocos, do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

O SR. ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS - Deputado Izalci, a quem agradecemos o convite, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, nossa função hoje é a de sensibilizar e apresentar argumentos para a inserção do curso de Ciências Contábeis e dos profissionais já graduados e que estão cursando mestrado, doutorado e curso de pós-graduação no acesso efetivo aos recursos do Programa Ciência sem Fronteiras.

Inicialmente, vamos falar um pouco sobre o Programa, porque a ideia do Programa é a base da apresentação, é onde vamos buscar esses argumentos.

(Segue-se exibição de *imagens.*)

Destacamos alguns pontos sobre internacionalização da ciência. Vamos usar bastante esse argumento, para que os integrantes da Mesa que atuam no Governo possam levar a necessidade de inserção do curso de Ciências Contábeis no Programa, e competitividade brasileira com mobilidade internacional.

Nossa tarefa não é fácil. Vamos apresentar este assunto em quatro pontos que entendemos primordiais: o contexto científico, o contexto internacional, o contexto educacional e o contexto profissional.

Vamos usar, para falar sobre ciência, principalmente sobre ciência contábil, algumas convenções que definem quais são as condições para o reconhecimento por ciência. Não queremos afirmar que os representantes do Governo não têm esse conhecimento e não tenham entendido a ciência contábil como uma ciência social efetiva, até porque ela está compondo o grupo das ciências sociais, mas, às vezes, faltam-nos argumentos, e é essa a nossa intenção em contribuir.

A ciência contábil têm um objeto definido, que é o estudo do patrimônio, da riqueza patrimonial. Portanto, temos um objeto e, para esse objeto, apresentamos os nossos resultados.

Finalidade. Elas produzem modelos de comportamento da riqueza patrimonial. As mutações patrimoniais causadas por atos de gestão precisam de transparência e de confiabilidade e precisam ser reportadas aos usuários, para que as decisões seguintes sejam tomadas, inclusive como forma de redimensionar, redirecionar ações e recursos.

Metodologia indutiva e fenomenológica para estudo.

Tradição. Eu trouxe aqui o desenho de uma tábua mesopotâmica que tratava do controle e registro de impostos e de receitas do que podemos chamar de empresas, no contexto da época. Portanto, é uma ciência milenar.

Utilidade. O conhecimento do comportamento da riqueza patrimonial: para onde vamos, qual o resultado que temos agora, para onde nós podemos ir, qual a direção, aonde chegar, com quais recursos contar. Teoria contábil consolidada, doutrinas patrimonialistas, neopatrimonialistas, correlação com outras ciências.

Portanto, nosso trabalho é fundamental. Nós vamos ver que toda essa conversa de recursos, de investimentos, de aplicação e demanda, de empresas investindo, inclusive no Programa, passa por nós, e que, então, nós podemos deixar as Ciências Contábeis fora desse investimento.

Previsões. Contribuímos com a base de orçamento, a análise, o estudo da riqueza patrimonial. Afinal de contas, como fazer essas doações para o Programa, sem que seja feito um estudo desse comprometimento? Como conceder crédito, como aplicar, como investir? Essas decisões dependem da nossa participação. Então, entre outros vários aspectos, não é possível admitir

que as Ciências Contábeis, compondo o grupo das ciências de negócio, não estejam privilegiadas, contempladas no Programa Ciência sem Fronteiras.

Então, é fundamental trazer esses argumentos para este Plenário.

Passemos a falar sobre o assunto do contexto internacional. É importante nós entendermos que qualquer transação precisa primeiro ser compreendida pelas pessoas, pelos usuários, pelos investidores. Até recentemente, nós tínhamos balanços das empresas diferentes em vários países. Para que todos possam entender como isso era complexo, nós tínhamos algumas empresas no Brasil com cinco contadores: um era responsável pelo balanço para o Brasil; outro era responsável pelo balanço da mesma empresa para lançamento no mercado estadunidense; outro era responsável por lançar o balanço da mesma empresa na Ásia, outro na Europa, e ainda tínhamos a preocupação, com a tendência de investimento, de ter um profissional que conhecesse a legislação chinesa, para preparar um balanço para aquela comunidade.

Num processo mundial, buscou-se essa harmonização. Enquanto em alguns países o processo foi mais fácil, países de menor expressão que simplesmente traduziram, a maior parte para a língua espanhola, as normas internacionais, nós no Brasil aplicamos os nossos recursos no estudo dessas normas, buscando convergir e, principalmente, harmonizá-las com nossa realidade. Eis aí mais uma prova de que, ao buscar levar as normas brasileiras em direção às normas internacionais, nós aplicamos o nosso conhecimento, o nosso estudo, efetivamente a nossa ciência contábil, na contribuição desse processo — que tem algumas bases bastante importantes.

O Conselho Federal de Contabilidade, num determinado momento, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na busca de agregar entidades, agentes que pudessem contribuir com esse processo. Contamos com a ABRASCA, a APIMEC e BOVESPA, três representantes de mercado, e com três profissionais contábeis: o próprio Conselho Federal, o IBRACON e a FIPECAFI, representando as instituições de ensino superior. Eis aí o primeiro passo para estudar as normas aplicadas no Brasil e levá-las na direção das normas internacionais.

Mas não deixamos o Governo de fora. Eis um grande compromisso e a seriedade na condução do processo científico do estudo das normas brasileiras

em busca dessa convergência: trouxemos CVM, Banco Central, SUSEP, Receita Federal, agências reguladoras, para que as normas atendessem à demanda do mercado, inclusive à própria necessidade que o Governo apresentava.

Hoje, o Governo vem aplicando esforços nessa direção, em busca também de que a contabilidade do setor público vá em direção às normas internacionais, não se restringindo à questão orçamentária, mas observando a questão patrimonial.

Hoje nós temos a discussão de depreciação, nós temos a discussão da ativação de bens, que eram apenas baixados no Orçamento quando eram adquiridos e não eram controlados. Eis que descobrimos que muitos ativos não estão sendo localizados nos órgãos públicos. Então, é essa a busca, em que se aplicam os conhecimentos que foram construídos pela própria classe.

Pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC com vista ao processo de harmonização e convergência passam a ser regulamentados pelos órgãos públicos. Não é uma ação apenas da academia, mas uma ação do grupo de trabalho formado por acadêmicos, que a leva ao mercado, e o mercado assim reconhece. Então, CVM, Banco Central, SUSEP, Receita Federal, agências reguladoras, todos baixam seus instrumentos para reconhecimento desse trabalho do grupo do CPC.

E, com o advento da Lei nº 11.638, de 2007, alterações consideráveis no normativo contábil permitem afirmar que o Brasil concluiu a primeira etapa da jornada da harmonização. Os nossos balanços passaram a ser mais próximos dos balanços emitidos em outros países. Assim, o investidor conseguiu compreender que, mandando recursos para cá, ele poderia acompanhar à distância, com um custo menor, o resultado do seu investimento, inclusive do próprio investimento que as empresas vêm fazendo na área de ciências.

O mundo é globalizado, o dinheiro também. Esse é um grande argumento também para todo esse esforço da classe contábil. Os investidores precisam compreender os dados e acompanhar os resultados. A informação contábil deve ser comprehensível para todos.

Esse processo de internacionalização da ciência contábil traz para nós também outro compromisso: estamos investindo em qualificação, inclusive científica, dos profissionais; nós estamos pagando por sua formação. Em

detrimento de alguns pareceres do Tribunal de Contas, e levando ao Tribunal de Contas essa necessidade, o Sistema CFC/CRCs vem investindo em cursos de doutorado. Então, nós precisamos de apoio.

Vejam que pelo menos eu já contribuí muito com essa parte da internacionalização, e isso é importante. Esse contato com o exterior faz toda a diferença para nós.

No contexto educacional, as Ciências Contábeis hoje têm 1.265 cursos de graduação. Esses são os dados disponíveis no *site* do Ministério da Educação de ontem. Portanto, aproximadamente, estamos na faixa de 350 mil estudantes — talvez um pouco mais ou menos, dependendo da média nacional — e de mais de 60 mil formandos por semestre. É um grande contingente que precisa ter o direito de acesso a esse recurso.

Somos 292 mil contadores e 192 mil técnicos, dos quais, grande parte é detentora de bacharelado em outras áreas do conhecimento. Então, temos esta realidade: 286 mil homens e 198 mil mulheres com registro ativo. Somos 485 mil profissionais com registro ativo. Eu não tenho os cálculos como o meu colega da Administração, mas imagino que sejam 1 milhão e um. Foram 1 milhão na Administração, então, 1 milhão e um em Ciências Contábeis.

Somos 485 mil profissionais que estão estudando, que estão buscando se aprimorar e que contam com a inserção do curso de Ciências Contábeis nesse programa do Governo Federal.

Então, não podemos negar a esses 350 mil estudantes e 485 mil profissionais o direito de buscarem apoio para a realização de intercâmbio, tanto em termos de graduação quanto de pós-graduação. Peço que levem essa mensagem aos gestores, para que possam rever essa sistemática.

Não se pode negar ao Brasil o aprimoramento da ciência contábil, da ciência dos negócios, da ciência da riqueza patrimonial. Se todos são iguais perante a lei, pedimos a aprovação do requerimento dessa proposta que estamos discutindo hoje. Afinal de contas, todos nós somos brasileiros e merecemos ter o mesmo direito, o mesmo acesso a esses recursos.

Em nome do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, parabenizo V.Exa., Deputado Izalci, pela iniciativa do requerimento.

Agradeço a todos deste plenário e, mais uma vez, reitero a necessidade de se levar à CAPES, ao CNPq e aos demais órgãos que compõem o programa a necessidade da inclusão dos profissionais e estudantes de Contabilidade no programa Ciência Sem Fronteiras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu vou fugir um pouquinho do Regimento e vou ceder parte da minha fala para uma aluna, porque eu também deveria ter convidado um representante do Grupo Ciências com Fronteira, que já existe.

Então, está aqui a nossa aluna Maria Luíza, da UnB, do curso de Biblioteconomia. Vou dar a ela 3 minutos para se pronunciar.

A SRA. MARIA LUÍZA LUCAS DOS SANTOS - Eu sou representante do grupo Ciências com Fronteira, que surgiu no dia 20 de novembro, no mês passado. Ele surgiu em razão da exclusão de 24 cursos do novo edital. Nós somos alunos de todos os Estados do Brasil e formamos um grupo de mais de 2 mil estudantes.

Eu venho apresentar os nossos questionamentos. Por que não podemos mais fazer parte do Ciência sem Fronteiras, de que fazíamos parte até o edital passado? Há 3 meses nós podíamos viajar. Cursos como o de Biblioteconomia, que é o meu, Jornalismo, Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia foram excluídos por um anexo colocado no edital.

Então, eu venho apresentar alguns questionamentos. O que torna os estudantes homologados para o início do ano diferentes de nós? Sorte? As pessoas já falavam da questão do inglês. Eu venho me preparando para conseguir nota no certificado internacional, o que iria tentar em setembro do ano que vem, quando já teria uma base melhor no curso de inglês, para ir até para o Canadá. A representante da Embaixada, que estava aqui, foi na UnB, e eu fiquei apaixonada pelo Canadá e queria fazer Editoração e Publicações Eletrônicas lá, que está dentro da indústria criativa. Ou seja, é uma área prioritária, assim definida pelo Governo, mas simplesmente foi retirada do edital, sem aviso prévio. No dia da inscrição nós descobrimos que havia uma lista de cursos elegíveis, na qual nossos cursos não se encontravam mais.

O Sr. Igor falava da questão do Plano Brasil Maior, no qual a área de saúde estava contemplada. Então, por que os cursos de Fisioterapia e

Enfermagem foram retirados do edital e os cursos de Medicina e Odontologia continuaram? Por quê? Nós não conseguimos resposta.

O Presidente da CAPES falou que não deveria dar qualquer justificativa, porque o edital é um novo edital e pronto, sendo que nós gastamos muito dinheiro com um curso de inglês no Brasil, muito dinheiro. Se levarmos em consideração que mais de 2 mil estudantes pagaram para fazer um curso de inglês preparatório, que no Brasil está por volta de 2 mil reais, é uma quantidade de dinheiro muito grande.

Então, eu queria cobrar justificativas sobre o porquê de nós não podermos mais fazer o intercâmbio. Essas áreas são de tecnologia. Por exemplo, no meu caso, Publicações Eletrônicas são importantes. Por que fomos retirados sem mais nem menos?

Acho que era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço, Maria Luíza, a sua participação.

Quero também registrar que, após o anúncio desta audiência pública, recebi centenas de *e-mails* e, rapidamente, quero citar alguns, porque são de todo o Brasil, a maioria falando dessas questões de exclusão, outros ainda que já estavam aprovados na primeira fase, fizeram cursos e também foram excluídos, alguns das Universidades do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Cito alguns nomes: Sheila Vargas Ferreira; Luíza Giordani; Lauro Porto; Leonardo Duarte; Aline Bataglia; Rogério Simonetti, do Rio de Janeiro; Iasmin Pessoa. Enfim, recebemos vários *e-mails* com questionamentos.

Quero também destacar alguns pontos importantes, até porque haverá reunião à tarde do Comitê Executivo e também do Comitê de Assessoramento do Ministro, algumas questões que preciso colocar porque foram expostas nesses *e-mails*, inclusive a respeito dos pagamentos.

Sei que foram pagos 3 meses antecipados, os alunos já estão fazendo os cursos, e a informação que recebi é que vários deles tiveram dificuldades, pois não receberam ainda — não sei se houve ou não pagamento dessa próxima parcela. Mas alguns alunos já estavam um pouco comprometidos e tiveram que pedir dinheiro emprestado. E nós sabemos a dificuldade que é para os estudantes que estão fora do Brasil resolverem seus problemas.

Há ainda outras questões: querem saber exatamente quais as áreas excluídas do programa Ciências sem Fronteiras; como está a situação do atraso do pagamento das bolsas aos estudantes — foi essa a demanda que recebemos —; quais os motivos que geram essa insegurança num programa que precisa de credibilidade; como dar conta da formação da educação básica dos brasileiros no que se refere ao ensino das línguas — e foi dito aqui que muitos estudantes investiram nisso, com dificuldades e, agora, foram simplesmente excluídos —; se está funcionando essa metodologia de oferecer curso intensivo de 6 a 8 meses da língua do país em que o aluno vai estudar, garantindo o básico da aprendizagem da língua; e se a falta de domínio da língua prejudica o preenchimento das vagas em alguns países.

São estas as questões que quero deixar registradas. Acho que o objetivo maior desta audiência pública é exatamente tratar da exclusão, principalmente da exclusão de diversos cursos do programa. E eu tenho certeza de que, com as explicações e com a aula dada aqui pelo Professor da Universidade Católica, aqui representando todas as universidades e faculdades, com as colocações feitas pelos integrantes dos Conselhos Regionais que representam os profissionais, enfim, com essas intervenções, haveremos de encontrar uma solução vinda do Governo.

Gostaria de voltar a essa rodada.

Não sei se poderia abrir a palavra para mais uma ou duas pessoas para algum questionamento.

Com a palavra o Ataíde, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ ATAÍDE MIRANDA BARRETO - Em primeiro lugar, bom dia a todos.

Eu me chamo Ataíde Barreto, sou Vice-Presidente da Associação Nacional dos Profissionais de Administração e também Diretor Regional da ANGRAD — Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração.

Temos essa visão tanto do profissional quanto do professor, mas uma coisa é indiscutível — e quero parabenizar você, Izalci, por esta iniciativa, pois é um Deputado que tem esse tipo de visão social; já nos conhecemos há muitos anos —este tipo de audiência pública traz ânimo para discutirmos determinados temas.

Quero também parabenizar algumas pessoas e entidades, a exemplo do Kondo, dos representantes do CRA-DF e do CRC, que vivem nessa luta incansável para que a gente possa melhorar algumas coisas que acontecem neste País.

Acho que uma coisa, Izalci, é indiscutível: todos concordam que o Ciência sem Fronteiras é uma coisa boa. Ninguém tem que discutir isso aqui. Nós não viemos aqui para discutir isso; viemos aqui para aprimorar. E parece-me que todos também concordam, a não ser o MEC, o MCTI e o Ministério do Desenvolvimento, que a gente precisa melhorar esse negócio e colocar mais gente nessa brincadeira. Todos aqui estão pensando nisso. E a gente precisa discutir esse assunto. Não é que a gente esteja fechado em relação a isso; nós precisamos discutir esse assunto de forma clara, evidente. Nós precisamos melhorar essa questão.

Existem algumas coisas neste País, Izalci, que eu acho que a gente pode trazer aqui hoje de uma forma clara. Fizemos até um manifesto que, acredito, vai chegar às mãos dos senhores, da área específica de Administração, pedindo isso de forma efetiva. Assinaram esse manifesto a ANGRAD, a ANPAD e mais uma série de instituições.

Mas a gente precisa entender algumas coisas. O Geraldo Nunes me falou uma coisa aqui agora que me fez despertar. Nós precisamos, muitas vezes, passar por uma peregrinação para reconhecer cursos de doutorado feitos no estrangeiro aqui no Brasil. MEC, acabe com isso! Faça um projeto de lei e mande a nossa querida Presidenta Dilma acabar com essa brincadeira! Está-se tornando um corporativismo das instituições federais, e muitas vezes a gente esbarra em corporativismo até pessoais nas instituições federais que não permitem que pessoas que fizeram cursos de excelente qualidade recebam o reconhecimento do diploma. E, quando recebem, levam 5, 10 anos para poder reconhecê-lo, não tendo assim efeito prático, jogando nosso dinheiro no lixo, literalmente no lixo.

Nós temos que acabar com isso! Vamos parar com essa brincadeira. E isso o Governo faz com uma canetada, é fácil de resolver. Mas fica aí a coisa se arrastando por anos...

Eu, na condição de professor, às vezes deparo-me com uma situação muito interessante. Eu fico me perguntando quantos chineses falam inglês,

espanhol, alemão? E eu queria pegar o gancho do Márcio, que falou muito da China. E eles são campeões em inovação. Por quê? Porque eles têm hoje uma coisa chamada gestão, que está voltada para resultado, literalmente para resultado. E nós, Izalci, infelizmente, estamos esbarrando em coisas fantásticas, e precisamos mexer com alguma coisa que mude.

Hoje, sou gerente de planejamento de uma grande empresa de Brasília. Para a gente poder mudar um pequeno detalhe, quando o próprio funcionário cria uma inovação, tenho que atender uma burocracia que leva 20 anos. Isso não leva a lugar algum. Não vamos chegar lá nunca, com esse tipo de comportamento.

Acho que mais do que lutarmos por coisas reais, como a jovem falou do "Brasil com fronteiras", porque isso tem que acabar mesmo, temos que rever esse processo, o MEC tem que dar sinais claros, evidentes e rápidos. Não adianta demorar muito, não. Deve haver sinais de que esse tipo de coisa pode ser mudada, discutida e, efetivamente, alinhada em curto prazo, senão vamos cair numa frustração danada. Faremos mais 200 audiências públicas e vamos ficar lá fora, cidadãos e profissionais, achando que não vale a pena investir, gastar do nosso próprio bolso para fazer um curso de doutorado, ao custo de 18 mil, 20 mil, 30 mil reais, para chegar aqui e não ter o reconhecimento do nosso trabalho, muitas vezes ser remunerado com 2 mil, 3 mil reais. E aí a gente esquece o doutorado e vai fazer concurso público para ser funcionário do Banco do Brasil, porque paga 6 mil reais, o que é muito melhor.

A gente começa a enxergar outra coisa, e o País não cresce.

Desculpe-me, Deputado Izalci, mas esse é sentimento lá de fora, de forma clara. As coisas precisam ser um pouco mais ágeis e feitas de forma mais concreta, porque, senão, a gente não sente o resultado do Governo nas nossas ansiedades.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Quero registrar a presença do Deputado Bittar. Indago se V.Exa. deseja se pronunciar.

O SR. DEPUTADO JOÃO BITTAR - Bom dia, Deputado. Eu cheguei agora há pouco. Eu queria ouvir um pouco mais. Lamentavelmente, eu não

pude estar presente no início da reunião, mas me interesso pelo tema e gostaria de ouvir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então, vamos passar a palavra novamente aos expositores, principalmente os do Governo, para que eles possam responder e fazer as colocações necessárias para atender aos objetivos desta audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Geraldo Nunes, representante do Ministério da Educação.

O SR. GERALDO NUNES - Deputado, agradeço a oportunidade.

A primeira coisa que eu gostaria de ressaltar — e acho que o Dr. Ataíde não estava no começo da reunião — é o que disse no início: o programa merece aperfeiçoamento constante. Em momento algum nós entendemos que o programa está acabado, finalizado. A primeira coisa que eu disse, e por isso acho importante esta audiência, foi que o programa carece, digamos assim, de ajustes e de aperfeiçoamentos. Isso é óbvio.

Então, eu queria deixar claro que nós, do Governo, nitidamente sabemos que ele precisa de aperfeiçoamento.

Mas, antes de tecer algumas considerações sobre a fala do Dr. Ataíde, eu queria falar sobre o que o Deputado demandou, que são coisas relevantes e acho que merecem esclarecimento.

A questão dos pagamentos atrasados é importante explicar. Estamos com um programa em que mudamos da escala de centenas para milhares. Operacionalmente, não é uma coisa trivial manter as mesmas equipes que tínhamos no *status quo ante*, quer dizer, com centenas. Então, deixamos de pagar no exterior a centenas de alunos para pagar a milhares. Temos um parceiro, que é o Banco do Brasil, nesse processo de pagamento, e o próprio Banco do Brasil se deparou com uma série de dificuldades operacionais.

Esse fato de passarmos de centenas para milhares também levou a outra coisa importante: começamos a colocar alunos em cidades do interior dos países, na Europa e nos Estados Unidos, em que antes não colocávamos. Normalmente, os estudantes brasileiros iam para as grandes capitais, para as grandes cidades desses países. Por exemplo, na Itália, hoje temos estudantes em cidades italianas pequeniníssimas que têm instituições importantes. Essas, por sua vez, têm um sistema bancário que está longe de ser da qualidade do

nosso sistema bancário. Quem morou no exterior sabe disso. Há bancos na Itália que trabalham ainda na base da anotação manual em livros, não têm sistemas automatizados de pagamento. O Banco do Brasil se deparou com essa dificuldade agora. Estamos cotidianamente nos reunindo com o Banco do Brasil para resolver isso, porque não sabíamos. Há bancos familiares, de cooperativas. E a gente mandava uma ordem de pagamento, como era usual, geralmente para grandes bancos no exterior, e isso acontecia normalmente, com a velocidade que o sistema exige. Descobrimos, de repente, que esses bancos não têm nem código internacional para recepção de recursos externos. Isso leva 10 dias, 20 dias para chegar lá, para que eles, com quatro ou cinco funcionários, nos devolvam para Miami, para Miami devolver para o Brasil, para dizer que aquele crédito não vai ser depositado. Então, nos deparamos com essas dificuldades.

Por parte da CAPES, estou trabalhando nesse problema com o Banco do Brasil. A Presidenta já determinou que fosse modificado o sistema de pagamento, não mais através de débito em contas, mas através do sistema mais moderno de cartões. Então, a gente espera superar isso.

Estou a cavaleiro para falar disso porque fui bolsista do CNPq no exterior, passei 4 meses na Coreia sem receber pagamento — isso na década de 1990 — e sei como é difícil. Portanto, luto todos os dias para que a gente consiga pagar em dia os bolsistas, mas temos essa dificuldade. Tivemos essa dificuldade, descobrimos essa dificuldade no momento da operacionalização, porque passamos de uma escala de centenas para milhares. Só mesmo a prática, a operação diária é que mostrou que havia gargalos no sistema de pagamento que o próprio Banco do Brasil desconhecia. Estamos resolvendo isso, há uma equipe reunida todo dia para tentar... Inclusive, estamos fazendo pagamentos através de ordens bancárias, o que era uma coisa impensável hoje em dia, fazendo ordem bancária diretamente a esses pequenos bancos.

A questão das áreas excluídas. A Maria Luíza citou o caso da indústria criativa, de algumas áreas que foram excluídas. Do ponto de vista formal, o Presidente da CAPES está certo: todo edital é um novo edital. O Governo pode, a critério dele, modificar os editais, dependendo da orientação política que houver com relação àquele objeto. Isso do ponto de vista formal.

Há mais um detalhe. Acho que fazer curso de línguas com a expectativa só de fazer uma aplicação para o exterior, não é uma boa opção. Para mim, fazer curso de língua com a expectativa só de fazer uma aplicação para o exterior é quase que mandatório. Aí me refiro à questão que o senhor falou da China. A questão da língua na China é tão importante que o Ministério da Educação chinês tem um secretário específico para línguas estrangeiras. Um dos cursos mais procurados de língua na China é o de português, porque os alunos que fazem curso de português são imediatamente empregados, seja em firmas chinesas que trabalham na África e no Brasil, seja na própria China, para o Governo. Então, a questão da língua na China é tomada como prioridade.

Recebemos aqui, no Ministério da Educação, uma Vice-Ministra do Ministério da Educação que trata só de línguas. Então, a questão da língua na China é quase que uma prioridade, uma prioridade nacional. Mas não só isso: eles têm um movimento passivo e ativo. Eles têm o Instituto Hanban, que promove o ensino de Mandarim em todo o mundo. Eles querem, em pouco tempo, inaugurar 500 Institutos Hanban em todo o mundo, Institutos Confúcio em todo o mundo, para ensinar o Mandarim. No Brasil, inclusive, se não me engano, há quatro institutos desses em universidades grandes do Brasil.

Então, acho que já foi um efeito colateral importante desse programa mostrar o quanto o Brasil está atrasado nisso. Acho que o senhor concorda com isso.

O SR. JOSÉ ATAÍDE MIRANDA BARRETO - Exatamente. Quantos sabem falar lá? Muitos. A gente precisa aqui fazer a coisa igual.

O SR. GERALDO NUNES - Muitos, mas muitos. Exatamente, muitos.

O SR. JOSÉ ATAÍDE MIRANDA BARRETO - Estamos atrasados séculos. E o MEC pode efetivamente agir nessa agilização.

O SR. GERALDO NUNES - Exatamente. Realmente, o senhor tocou num ponto central dessa história. O programa Ciência sem Fronteiras, se não fora por outros resultados que advirão, ele já levantou essa questão da língua. O Brasil precisa se preparar para deixar de ser um País monoglota. Então, acho que estudar língua hoje, para o estudante universitário, é quase que mandatório. É quase que mandatório.

Do ponto de vista formal, Maria Luíza, a exclusão é possível. A cada edital as agências governamentais podem configurá-lo a partir de uma política determinada.

A questão da indústria criativa é complexa, porque ela de certa forma engloba aspectos relacionados com inovação tecnológica, com questões culturais. Quer dizer, ela é uma área muito complexa. Quando você fala em indústria criativa, você abrange quase tudo do ponto de vista de artes, música, dança, editoração eletrônica, criação de jogos eletrônicos, etc.

A Presidenta determinou que a indústria criativa deveria se restringir a áreas tecnológicas. Hoje, na reunião do Comitê Executivo, esse assunto vai estar em discussão. Nós, na CAPES, junto com o CNPq, preparamos uma nota técnica para ser discutida hoje. Acredito que hoje teremos uma definição.

Qual o problema básico da questão das áreas? Eu queria fazer referência às falas do pessoal da Contabilidade e da área de Administração. É o seguinte: o problema se coloca apenas do ponto de vista da graduação sanduíche; ele não se coloca do ponto de vista da pós-graduação. Não há qualquer prejuízo às demais áreas do conhecimento do ponto de vista da pós-graduação. Por quê? Porque, como eu disse no início da minha fala, esse programa foi estabelecido pelo Governo com recursos adicionais. Sou gestor do programa de bolsas no exterior da CAPES. Para as outras áreas temos mais recursos agora do que tínhamos anteriormente. E por quê? Porque as áreas que estão contempladas no programa Ciência sem Fronteiras estão passando pelo orçamento do Ciência sem Fronteiras. Então, o orçamento anterior, que foi preservado, tem mais recursos. Não há, absolutamente, qualquer limitação para formação no exterior em qualquer área do conhecimento por conta dessa determinação da Presidenta, que foi um programa com recursos adicionais. Isso é o que precisa ser entendido. A questão se coloca na graduação sanduíche, na exclusão. Porque, na realidade, o que se faz? Quando você tem as áreas prioritárias, você tem que fazer uma apropriação de que cursos de graduação seriam contemplados. Esse ponto se coloca, sem dúvida alguma.

Aqui não se trata de uma questão de ter Governo contra grupos de interesse, etc. Absolutamente! A democracia é isso: é um embate de opiniões que devem ser, digamos assim, ajustadas no próprio processo. É isso que nós

estamos fazendo. É um embate de opiniões e devemos ajustar o próprio processo. O programa tem que ser aperfeiçoado, deverá ser aperfeiçoado. Esse programa está muito longe de ser um programa perfeito. E aí eu concordo com o senhor: ele criou uma expectativa nacional e internacional muito grande. Precisamos ter cuidado com isso para não prejudicá-lo, para não desmoralizarmos o programa.

Eu, pessoalmente, com a minha experiência na academia e no Governo, gosto muito de uma frase que diz o seguinte: “*Quando você tem cem prioridades, com ‘cê’; você fica sem prioridades, com ‘esse’.*”

O Governo tem obrigação de estabelecer suas prioridades. A Presidenta tem responsabilidade em relação aos desafios que o Brasil enfrenta hoje. E eu disse isso numa reunião que tivemos na COP, recentemente, onde uma professora contestou a questão das áreas humanas e sociais. Eu disse o seguinte: “*Triste do País que tem um líder que não tem opiniões e não tem determinações a fazer.*” E a Presidenta tem a opinião dela. E pelo que percebo da Presidenta, pela gestão do PAC anterior, do qual foi a gestora, S.Exa. deve ter percebido essas nossas carências. Para mim, é a sensibilidade de gestora da Presidenta que está endereçando as áreas que devemos priorizar.

Então, particularmente, acho que podemos discutir a inserção de determinadas áreas. Na área de administração, por exemplo, na conversa que temos tido com a ELETROBRAS, eles estão questionando a área de gestão da inovação, como aqui falou o Prof. Edson Kondo. É uma questão importante, mas a gestão está dentro da área de administração. Nós podemos discutir.

Agora, eu confesso com muita franqueza: se nós abrirmos indiscriminadamente esse programa para todas as áreas, nós perderemos o foco do programa e aquilo que é da essência dele, qual seja buscar colocar o Brasil no patamar de competitividade que ele está longe de estar, até mesmo pela importância que a nossa economia tem. Estaremos muito longe. Se nós não tivermos esse cuidado, perderemos uma oportunidade histórica, uma janela de oportunidade que se abre para o Brasil, porque o mundo está com dificuldade. E um problema sério de mandar gente para o exterior é a evasão depois, a evasão de cérebros.

Hoje, o Brasil se tornou um atrativo de cérebros. O programa, na sua parte ativa de atrair jovens talentos e pesquisadores vindos do estrangeiro, já

ultrapassou suas metas, porque está havendo uma corrente inversa da que ocorria no passado, na década de 90, quando a gente mandava pessoas e tinha dificuldade de trazê-las de volta.

Então, se nós não cuidarmos do programa, não tivermos o foco no programa, poderemos jogar fora uma grande oportunidade. Dessa forma, eu, particularmente, acho que o Governo tem a obrigação, o dever de estabelecer suas prioridades por conta dos desafios que ele enfrenta.

Eu já me referi à questão da língua. O Ministro Mercadante pediu que as universidades, a CAPES e o CNPQ se mobilizassem no sentido de a gente estabelecer um programa denominado, inicialmente, de Inglês sem Fronteiras. É um movimento, digamos assim, no sentido de intensificar a preparação de estudantes para saírem do País. A CAPES vai participar com um componente, digamos, virtual; ela vai oferecer cursos a distância para estudantes; e também terá uma parte com o componente presencial, que será oferecido pelas universidades.

Nas conversas que tenho tido com as universidades, vejo que muitas delas já estão se mobilizando, e os próprios estudantes estão se mobilizando. Agora, eu acho que eles não deviam se mobilizar apenas pensando no foco do Ciência sem Fronteiras, mas também a questão da língua é essencial para a formação de qualquer um para o mundo que está na nossa frente, o mundo da internacionalização. Então, a gente tem que se preparar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, o Sr. Márcio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, dá-se por satisfeito, tendo em vista a resposta do Ministério da Educação.

Passo, então, a palavra ao Prof. Edson Kondo, para as suas considerações finais.

O SR. EDSON KENJI KONDO - Obrigado, Deputado Izalci.

Eu só queria acrescentar alguns detalhes, talvez em termos de foco. O Sr. Geraldo Nunes colocou corretamente que é papel do Governo escolher as prioridades.

É papel da Presidenta Dilma selecionar prioridades, mas existem prioridades de várias categorias. Uma é a prioridade de definir áreas, que, como já falamos um pouquinho, é uma ciência extremamente difícil de

confirmar. Não há estudos que definam se essas prioridades produzem ou não os efeitos desejados.

O que nós no Brasil queremos, o que nós, estudantes, ou nós, docentes das universidades, pesquisadores, administradores das empresas, precisamos é de resultado. O Brasil precisa de resultado. Precisamos melhorar a competitividade do País.

Então, a prioridade precisa ser monitorar a qualidade do estudante que vai para o exterior e o impacto de cada área, de cada proposta, de cada projeto nessa contribuição à competitividade e à inovação. Esse é o primeiro aspecto importante.

O segundo aspecto importante é: os estudos de inovação, os estudos de competitividade. Todos eles mostram o Brasil em que lugar? O Brasil é uma das economias mais avançadas, das maiores.

O próprio Sr. Geraldo está dizendo: 54, 56... Isso quando pegamos o *The Economist*, por exemplo, uma publicação inglesa de respeito, ou outros indicadores, como o do INSEAD, uma grande escola de negócios da França.

E o mais interessante: há uma novidade nessa área, um estudo feito conjuntamente pelo MIT e pela Universidade Harvard, divulgado pela primeira vez em outubro de 2011, ano passado. Pouca gente no Brasil conhece ou fala desse indicador. Esse é um indicador de complexidade das economias.

Vários estudos foram feitos após a divulgação desse estudo, e foi claramente demonstrado que esse estudo é o que tem melhor poder de previsão do crescimento das economias.

Quando esse estudo é usado para prever o crescimento dos outros países, quem está em primeiro lugar? A China está em primeiro lugar. A Índia está em segundo lugar. E o Brasil onde está? O Brasil também deveria estar próximo disso. Continuamos na casa dos 56.

O que isso significa? Que nós estamos no mesmo patamar de perspectiva futura que países avançadíssimos como a Finlândia, como o Japão, que já têm muito pouco a avançar, porque, basicamente, em termos de qualidade de vida, estão no topo do mundo.

Então, nós temos que mudar alguma coisa. E é importante saber que, ficando com essa prioridade de áreas, essa é uma política que o Brasil já vem construindo há décadas. Trabalhei vários anos no CNPq também, e nós

tínhamos essas áreas prioritárias. Está na hora de mudarmos o foco, mudarmos o foco em resultados.

Entendemos que a economia é complexa. É uma interação de várias disciplinas. Precisamos melhorar esses indicadores, precisamos melhorar a maneira de incorporar estudantes.

É preciso abrir. E eu apelo mais uma vez ao Sr. Geraldo Nunes e ao Sr. Márcio no sentido de que levem essas questões. O estudo é muito interessante. Está disponível pela Internet. É de outubro de 2011. Ele traz novas luzes para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Indago aos Parlamentares sobre se desejam manifestar-se. (*Pausa.*) Deputado Jorge Bittar. Deputado Silas também? (*Pausa.*) Quero registrar a presença do Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu queria só registrar que eu gostaria de obter os dados numéricos do programa até agora.

Enfim, na linha da preocupação do Prof. Edson Kondo, em relação às avaliações de resultados do programa, ainda que sejam qualitativas, gostaria que nós pudéssemos ter acesso a essas informações para acompanhá-las mais de perto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Acho que o objetivo da audiência pública foi atingido, que era exatamente o de mostrar claramente os problemas.

O programa é maravilhoso — todos nós reconhecemos —, mas precisa ser aperfeiçoado. Há novos integrantes aí. É importante que alguns cursos sejam já inseridos nos novos editais. Há a questão dos pagamentos; recebi, com muita preocupação, muitos *e-mails* relacionados a isso. Acredito também que já deverão estar sendo providenciados.

Faço aqui um apelo também em nome dos estudantes. A Maria Luíza teve oportunidade de falar — são mais de 2 mil alunos. Nós não deveremos incentivar ou apoiar que essa questão vá para o Judiciário. Já foi. Já há ações no Judiciário sobre isso. Mas acho que, no entendimento, nós temos como chegar a um denominador comum.

Acho que é desejo de todos nós melhorar a educação em nosso País, investir em ciência e tecnologia, acompanhar a demanda dos conselhos

regionais. Seria muito interessante que os Deputados da Comissão também tomassem conhecimento do andamento das reuniões dos Comitês.

É importante que a nossa Comissão tenha sempre notícia do que está sendo implementado e corrigido.

Pois não, Sr. Geraldo.

O SR. GERALDO NUNES - Faremos o seguinte, Deputado. A partir de agora, deveremos encaminhar também à Comissão os relatórios mensais de acompanhamento do programa. Podemos passá-los à Comissão para que fique... Vou sugerir isso hoje à tarde ao Comitê Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Muito bom.

Agradeço a todos a presença aqui e, de forma especial, aos nossos expositores.

Declaro, então, encerrada esta audiência pública.

A SRA. MARIA LUÍZA LUCAS DOS SANTOS - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Sra. Maria Luíza.

A SRA. MARIA LUÍZA LUCAS DOS SANTOS - Acho que não ficou muito clara a questão de enfatizar os cursos de proficiência. É muito importante, mas cada estudante tem que pagar 440 reais para fazer esse curso. Nós pagamos, e ele tem validade de um ano dentro do programa Ciência sem Fronteiras, ou seja, jogamos dinheiro fora pela falta de previsibilidade dos editais. E até agora o Sr. Geraldo Nunes não respondeu por que os cursos foram excluídos.

É uma questão. Por que foram excluídos?

O SR. GERALDO NUNES - Eu acho que eu expliquei. Provavelmente não fui claro.

Esses cursos a que você se refere estão no âmbito da indústria criativa. E a indústria criativa havia sido tomada, no primeiro edital, de forma mais abrangente. A Presidenta determinou que a indústria criativa fosse tomada só pelo aspecto tecnológico, exclusivo. Foi por isso. Então houve uma retirada... Jornalismo, Administração, Comunicação, etc. Foi por isso. A Presidenta solicitou que os próximos editais contemplassem exclusivamente as áreas com enfoque tecnológico.

A SRA. MARIA LUÍZA LUCAS DOS SANTOS - Editorações eletrônicas não têm enfoque tecnológico?

O SR. GERALDO NUNES - Filha, o problema é quando se refere a cursos que estão...

Como eu disse, a nossa dificuldade operacional está em fazer uma vinculação. Esse assunto vai ser tratado hoje à tarde, porque eu também compartilho da ideia de que há muita dúvida em relação a isso, Maria Luíza. Mas quando se vai associar um setor da indústria criativa, setor tão complexo, com os cursos existentes no Brasil, na base do e-MEC, para que o aluno possa concorrer, o curso dele tem de estar naquela lista do e-MEC. É isso, uma dificuldade operacional. Mas fui eu que preparei a nota técnica. Hoje à tarde vai haver uma reunião do Comitê Executivo do programa, e esse assunto vai ser tratado ainda hoje.

Realmente há uma dificuldade, e eu, particularmente, na minha nota técnica, enfatizei a necessidade de sermos um pouco mais abrangentes nessa questão tecnológica, que você observou.

Quanto à questão dos 400 reais, nós não temos controle sobre isso. Nós não temos como intervir. É uma atitude pessoal, individual.

Não podemos, digamos assim, interferir na perspectiva dos alunos de projetarem uma possibilidade. Nós não podemos intervir nisso. Não temos o que dizer em relação a isso. É uma questão pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Há o compromisso também da Comissão de acompanhar esse processo.

Evidentemente, tudo que foi discutido aqui a Comissão vai acompanhar e, com certeza, dará retorno não só aos interessados aqui, mas também aos estudantes e às universidades de todo o País.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença a todos.

Declaro, então, encerrada esta audiência pública.